

6. PROPOSTA DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO COMO BEM CULTURAL DE INTERESSE MUNICIPAL DO JARDIM DE SANTA BÁRBARA, INCLUINDO A FONTE DE SANTA BÁRBARA:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de abertura do procedimento de classificação como Bem Cultural de Interesse Municipal do Jardim de Santa Bárbara, incluindo a Fonte de Santa Bárbara.

Tem informação circunstanciada da DMUOP-Divisão do Património Cultural, Habitação e Gestão do Centro Histórico, bem como do Sr. Vereador da Área do Urbanismo.



BRAGA
Município

Info Têl. de 2017/1120

DMUOP / DIVISÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E GESTÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Processo: I/62/GVAB/2017

Requerente: CMB

Local: JARDIM DE SANTA BÁRBARA

Assunto: PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DO JARDIM DE SANTA BÁRBARA

*Visto. A JORNAIS por presente de
sustentação de decisão e sede de recurso
de Câmara, contra despacho.*

Bitemat volte à 12-001 87

O Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento
Por subdelegação de competências de 01/03/2016 do Sr. Presidente da Câmara)

O Vereador do Pelouro
Por subdelegação de competências de 28/10/2013 do Sr. Presidente da Câmara

*Concordo. O Vereador do
Pelouro do Património - Ref.
Miguel Bandeira.*

18 SET. 2017

*Concordo. Procede-se de acordo com a
informação técnica.
De igual modo aprovo a inativação de
nota interna que me é dirigida, por se
tratar de um processo incoado genericamente
com Títulos de Valor Histórico, Artístico, bem
como o de Alçada por se tratar de um processo
regulatório. Mandado a Dr. P. Bandeira para concluir o
processo, que se deve iniciar Miguel Bandeira 29/10/2017
com a celebração dos desfechos*

O Chefe de Divisão do Património Cultural, Habitação e Gestão do Centro Histórico

- 1- De acordo com o despacho do Sr. Vereador do Pelouro da Regeneração Urbana, Património, Habitação e Gestão do Centro Histórico, Doutor Miguel Bandeira datado de 7/9/2017, conjugado com a proposta formulada pelo Sr. Arq.º Octávio Oliveira em 29/08/2017 entendo que estão reunidas as condições para determinar a abertura do procedimento de classificação como Bem Cultural de Interesse Municipal do Jardim de Santa Bárbara, incluindo a Fonte de Santa Bárbara (cuja imagem original de Santa Bárbara, por razões de segurança, se encontra patente no Claustro do Convento do Pópulo).
- 2- Considero no entanto, por razões de coerência patrimonial e também por continuidade visual, esta classificação deveria também abranger o jardim privado situado a poente, a uma cota inferior, ainda que o acesso e fruição do mesmo só possam ser feitos com a devida autorização da Universidade do Minho.
- 3- Neste enquadramento anexa-se planta geral do espaço que se preconiza classificar (anexo I), devidamente delimitado à cor vermelha.



- 4- Caso a presente proposta venha a ser aprovada, deverá ser feita comunicação à DRCN/DSBC para se pronunciar nos termos do referido no n.º 2 do mesmo artigo do citado diploma, conjugado com o disposto no art.º 61.º do Dec. Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro.
- 5- A presente informação e a decisão que vier a ser proferida deverão ser também tornadas públicas através de edital, oficiando-se a Universidade do Minho.
- 6- Após decisão final o processo deverá ser enviado à D.I.S.I.Q. para procedimento de divulgação conforme disposto no n.º 2 do Art.º 11.º do Dec. Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro.
- 7- De seguida volte à D-CH.

Nota interna, ao cuidado do Sr. Ver. Miguel Bandeira: sem prejuízo de ser dada continuidade ao presente processo de classificação, julgo que se deveria ponderar a possibilidade de um procedimento de classificação estratégico e abrangente, tendo por base desde logo, o conjunto de 16 imóveis que passo a identificar;

- 1- Igreja de Santa Cruz;*
- 2- Igreja de S. Paulo;*
- 3- Igreja da Senhor A Branca;*
- 4- Igreja da Lapa e Arcada;*
- 5- Torre de Santiago e Oratória de Nossa Senhora da Torre;*
- 6- Capela de S. Sebastião das Carvalheiras;*
- 7- Capela de Nossa Senhora da Penha de França;*
- 8- Igreja de São Francisco e Convento;*
- 9- Casa dos Avelar (rua de S. Geraldo);*
- 10- Casa do Passadiço (L.º S. João do Souto);*

11- Palácio dos Falcões (L.º de Santiago);

12- Torre Medieval do Arco da Porta Nova e Museu de Imagem;

13- Teatro Circo;

14- Largo do Paço e Chafariz dos Castelos;

15- Mamoa de Lamas (arqueológico neolítico),

16- Estádio Municipal de Braga (Dume);

Sem prejuízo destes imóveis possuírem na generalidade inequívoco valor enquanto património cultural nacional, julgo que se deveria encetar um procedimento de classificação dos mesmos como de interesse municipal, na esfera de competências da CMB nos termos da Lei do património (Lei n.º 107/2001), ainda que a DRCN venha a chamar a si a condução de alguns dos processos nos termos da mesma lei.

Caso venha a ser possível nomear a tempo parcial um técnico superior (da área do Património Cultural ou de Arquitectura) para dar apoio a esta acção, eu teria toda a disponibilidade para coordenar o procedimento, se assim se entender útil.

Au Sr. J.M. 97 15/12/14

